

POBREZA EM PORTUGAL — VARIAÇÃO E DECOMPOSIÇÃO DE MEDIDAS DE POBREZA A PARTIR DOS ORÇAMENTOS FAMILIARES DE 1980-1981 E 1989-1990

Leonor Vasconcelos Ferreira ()*

1 — Introdução

O fenómeno da pobreza tem merecido, em Portugal bem como na Comunidade Europeia, uma crescente referência quer ao nível da opinião pública quer ao nível do discurso político, reflectindo o alarme com que a sociedade encara as manifestações mais dramáticas de privação e exclusão social que irrompem no seio de economias relativamente desenvolvidas e afluentes.

As expressões mais chocantes da pobreza, visíveis sobretudo no meio urbano — e que funcionam tanto como despertar de consciências quanto de potencial ameaça à segurança individual e à ordem social — são uma aresta deste fenómeno em que é já usual distinguir duas vertentes: «a pobreza tradicional», associada a um fraco nível de desenvolvimento, e por isso com uma geografia espacial e social definida (campesinato, assalariados sem qualificação e grande parte dos pensionistas), e a «nova pobreza», associada a factores de evolução tecnológica e social recente, que colocam em situação de risco de pobreza novos estratos de população (famílias tocadas pelo desemprego ou pelo emprego precário, famílias monoparentais, famílias cujo rendimento não permite o acesso a habitação condigna).

Para colocar definitivamente a problemática da pobreza no conjunto das preocupações sociais a requerer prioridade política é necessário conhecer as causas e os mecanismos de empreendimento na sociedade portuguesa e, num primeiro passo, apurar a forma como incide nos diversos grupos sociais. Esse trabalho de reconhecimento e compreensão terá de ser, necessariamente, pluridisciplinar e compreensivo das várias dimensões, económicas, sociais, culturais, da pobreza. Tomando a perspectiva económica, alguma evidência qualitativa e quantitativa se pode retirar dos principais instrumentos estatísticos sobre receitas e despesas familiares para o universo das famílias portuguesas — os inquéritos aos orçamentos familiares que o INE tem realizado com uma periodicidade decenal.

Os dados microeconómicos disponibilizados pelos inquéritos aos orçamentos familiares de 1980-1981 e 1989-1990, ainda que com algumas limitações adiante referidas, permitem fazer uma primeira análise do «perfil da pobreza» e da sua evolução ao longo da década de 1980. Recorrendo a medidas econó-

(*) Assistente do ISEG. Agradeço ao Instituto Nacional de Estatística pela cedência dos dados dos dois inquéritos, ao Carlos Farinha que, estando já a trabalhar com essas bases de dados, sempre me auxiliou no tratamento da informação e com quem debati algumas questões metodológicas, bem como à Prof.^a Manuela Silva, pelo seu constante e firme apoio. Todos os erros e deficiências que ainda persistam são, naturalmente, da minha responsabilidade.

micas de pobreza, neste artigo tentar-se-á proceder ao delinear desse perfil e analisar as alterações verificadas no nível e estrutura da pobreza em Portugal durante a última década.

2 — Conceitos e metodologia

A medida da pobreza envolve diversos problemas conceptuais e metodológicos, amplamente debatidos na literatura especializada, nomeadamente a partir da análise de Sen (Sen, 1976), que identificou duas questões metodológicas principais. A primeira traduz-se num problema de identificação dos pobres na população total, permitindo assim avaliar da existência da pobreza numa dada sociedade. A segunda traduz-se num problema de agregação, através da construção de indicadores globais de síntese que avaliem da situação de pobreza para o conjunto da sociedade.

Para operacionalizar uma medida de pobreza é forçoso efectuar um conjunto de opções que, tal como a informação estatística disponível, irão influenciar os resultados que se produzem. É importante tomar consciência deste aspecto, ponderar as melhoras alternativas de formalização e, sempre, explicitá-las.

O primeiro conjunto de opções respeita à primeira das questões identificadas e envolve, por um lado, a adopção de um conceito de pobreza e, por outro, a definição de um limiar de separação das condições de pobreza/não pobreza (designado usualmente de «linha de pobreza»). O segundo conjunto de opções, associado à segunda problemática, corresponde à preocupação de fixar certas propriedades desejáveis no índice a construir.

Passa-se, de seguida, a apresentar o conjunto de escolhas que se adoptaram neste trabalho, discutindo brevemente a sua justificação.

Adoptou-se um conceito relativo de pobreza, que, na esteira de P. Townsend, associa a situação de pobreza à exclusão dos padrões de vida generalizados na sociedade:

Indivíduos, famílias e grupos da população podem dizer-se na pobreza quando lhes faltam os recursos para obter os tipos de dieta, participar nas actividades e ter as condições de vida e de conforto que são comuns, ou pelo menos largamente encorajadas e aprovadas, nas sociedades a que pertencem. [Townsend, 1979]

Para operacionalizar este conceito optou-se por definir recursos em termos dos rendimentos e não da despesa. A razão fundamental resulta do entendimento do acesso a um padrão de vida como direito a um rendimento mínimo (que o possibilite), e não à forma concreta como o rendimento é utilizado (como é suposto na óptica da despesa).

Se em termos conceptuais parece mais correcta a definição de recursos em termos de rendimentos, deve reconhecer-se que a opção pela despesa é frequentemente sustentada por razões práticas de maior fiabilidade dos dados, isto é, por se supor que a declaração das despesas nos inquéritos microeconómicos são mais rigorosas que as das receitas (geralmente subestimadas). Contudo, o processo de apuramento da despesa total anual a partir

dos registos referentes a períodos de muito menor duração não está também isento de enviesamentos; e, por outro lado, se a subestimação das receitas for aproximadamente proporcional ao seu volume, as medidas de pobreza (relativa) não serão muito afectadas pela subavaliação das receitas.

Nos estudos de desigualdade de rendimento e de pobreza podem considerar-se, basicamente, três hipóteses para a unidade de análise: o indivíduo, a família ou o agregado doméstico privado (ADP) (1). Se se concordar que se deve considerar cada pessoa com igual importância, a cada pessoa deve ser atribuída a mesma ponderação — isto é, deve optar-se pelo indivíduo como unidade de análise. Caso contrário, a ponderação implícita para cada indivíduo será inversamente proporcional à dimensão do conjunto (família ou ADP) a que pertence, o que não parece razoável e pode mesmo ser factor de grave incorrecção, ao considerar equiparáveis, em termos de bem-estar social, situações onde o número relativo de agregados que se encontrem em certa situação desfavorável seja idêntico, mas para as quais seja distinto o número relativo de indivíduos nessa condição (2). Assim, considerar-se-á neste estudo o indivíduo como unidade de análise.

Correlacionado com a opção do ponto anterior está o debate sobre que unidade rendimento (3) utilizar, já que ao viverem em comunhão em famílias de diferentes dimensões e composições, os indivíduos partilham recursos, têm diferentes necessidades (por exemplo em função da idade dos seus membros), efectuam economias de escala. O nível de rendimento necessário para atingir o mesmo nível de bem-estar não é provavelmente o mesmo para uma família de dois indivíduos adultos e para duas famílias de um único indivíduo cada (*ceteris paribus*, no que respeita a factores económicos e extra-económicos).

Escalas de equivalência são números índices que permitem comparações de bem-estar, ou rendimento real, em relação a famílias de diferentes dimensões e composições. Através das escalas de equivalência é possível expressar o rendimento familiar numa mesma unidade de referência, que denominaremos rendimento por adulto equivalente, ou simplesmente rendimento equivalente, na qual são já possíveis as comparações entre diferentes famílias. Uma vez que cada indivíduo usufrui do padrão de vida atingido pela sua família (4), é razoável atribuir-lhe, para as comparações interpessoais de bem-estar, esse valor de «rendimento equivalente» que caracteriza a sua família.

Neste trabalho adoptou-se a escala de equivalência da OCDE, amplamente utilizada nos trabalhos sobre desigualdade de rendimento e pobreza, que atribui os pesos de 1 ao primeiro indivíduo, 0,7 a cada um dos restantes indi-

(1) O ADP é definido pelo INE como «a) o grupo de pessoas que reside numa mesma unidade de alojamento e cujas despesas são suportadas por orçamento comum; b) o indivíduo que ocupa integralmente uma unidade de alojamento ou que, partilhando-a com outros, não satisfaz a condição anterior». Adiante nesta secção passa a referir-se por família qualquer dos grupos que se podem considerar, quer as famílias (relação parental) quer os ADP, no sentido exposto.

(2) Para medidas como a extensão da pobreza pode, sem incorrecção, trabalhar-se com o universo das famílias.

(3) A mesma metodologia se aplica às despesas.

(4) Admitindo, a bem da Lei de Occam, a hipótese, não de todo inquestionável, da distribuição equitativa de recursos dentro da família.

vídus com mais de 14 anos e 0,5 a cada indivíduo com idade igual ou inferior a 14 anos. O rendimento por adulto equivalente resulta então da divisão do rendimento total da família pelo número de adultos equivalentes presentes nessa família, determinado pela soma das ponderações referentes a todos os indivíduos que a compõem.

Para operacionalizar o conceito relativo de pobreza atrás exposto, ensaiaram-se como limiares de pobreza diversas percentagens do rendimento equivalente que define o padrão médio na sociedade, tomando este como a mediana do rendimento equivalente. Preferiu-se a mediana como medida de localização central, uma vez que é uma medida estável, não sendo, como a média, sensível aos valores extremos na cauda direita da distribuição de rendimentos.

Em diversos trabalhos sobre pobreza nos países da Comunidade Europeia tem sido usado como limiar da linha de pobreza um corte respeitante aos 50 %, ou em torno deste valor (entre 40 % e 60 %). Para países com mais baixo nível de rendimento, como é o caso de Portugal, o limiar dos 50 % não pode senão ser considerado como um limite inferior de um intervalo significativo para a linha de pobreza. Aliás, dada a configuração típica da distribuição de rendimentos, é de esperar que a mediana seja significativamente inferior à média (por vezes também adoptada nesses trabalhos), o que conjuntamente com um valor relativamente baixo escolhido para o limiar de pobreza (50 %), resulta numa definição de um nível muito parcimonioso para a linha de pobreza. Assim, a população classificada como pobre face a esta linha de pobreza pode ser vista como a mais desfavorecida de entre os pobres ⁽⁵⁾.

Serão apresentados resultados das medidas agregadas de pobreza para valores menos restritos da linha de pobreza, com o objectivo de testar a estabilidade desses resultados em função da variação daquele parâmetro num intervalo razoável. Relembre-se que a definição de uma linha de pobreza é uma escolha normativa — o intervalo escolhido (50 % a 75 % da mediana do rendimento equivalente) delimita as opções relevantes, pois, embora cada investigador, ou político, possa apontar um valor diferente, porventura ninguém apontaria valor fora desse intervalo.

Os resultados da decomposição das medidas de pobreza por subgrupos geográficos e sócio-demográficos resultam da adopção do valor mais reduzido da linha de pobreza, pelo que se tratará da definição de um perfil dos mais pobres dos que respondem aos inquéritos (e, eventualmente, se pecará por defeito na estimação das medidas de pobreza) ⁽⁶⁾.

Para obter medidas de síntese de pobreza para uma dada população é necessário optar por alguma forma de agregação sobre o conjunto dos indivíduos dessa população. A. Sen (Sen, 1976) identificou três aspectos importantes a reter numa medida de pobreza:

- 1) Sensibilidade ao número relativo de pobres (incidência da pobreza);

⁽⁵⁾ De entre a população coberta pelo inquérito, já que esta é o conjunto de «todos os indivíduos que vivem em unidades de alojamento não colectivas» (INE, 1981). É de supor que mesmo em alojamentos privados clássicos, alguma da população mais pobre tenderá a ser sub-representada (até pela não resposta), para além da exclusão da população mais marginalizada, que vive sem abrigo ou em convivências de tipo assistencial.

⁽⁶⁾ A análise conduzida para 70 % apresenta um padrão análogo.

- ii) Sensibilidade ao défice médio de recursos dos pobres (intensidade da pobreza);
- iii) Sensibilidade à distribuição do rendimento entre os pobres (privação relativa entre os pobres).

A partir destas dimensões têm sido propostas diversas medidas, correspondendo a uma construção axiomática que visa garantir determinado conjunto de propriedades (7).

Pelo interesse da informação que revelam e pelas propriedades que verificam, em particular o serem decomponíveis por subgrupos de população, retiveram-se três medidas de síntese:

Taxa de incidência da pobreza (ou extensão da pobreza). — Talvez a primeira medida de pobreza, define-se simplesmente como a proporção dos pobres na população total, $H = q/n$, onde q é o número de indivíduos pobres e n a população total. Esta medida apenas corresponde à dimensão i), mas tem um significado imediato e importante na análise da pobreza.

Gap relativo de recursos. — A medida que afere da intensidade média da pobreza, definida como $l = 1 - \mu_p/z$, onde z é a linha de pobreza e μ_p os recursos médios dos pobres. É ainda uma medida parcelar de pobreza, agora correspondendo à dimensão ii), mas completamente insensível quer à extensão quer à privação relativa dos pobres.

Medida de Foster (8). — $F(\alpha) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q [(z - Y_i)/z]^\alpha$, onde z é a linha de pobreza e y_i os recursos do i ésimo indivíduo pobre.

Este índice alia finalmente as três dimensões referidas de incidência, intensidade ($\alpha > 0$), e privação relativa ($\alpha > 1$). O parâmetro α pode ser interpretado como um parâmetro de aversão à pobreza: quanto mais elevado α maior importância é dada aos mais pobres. A privação relativa é incluída na medida de Foster como uma função do gap relativo de recursos (9). Para $\alpha = 0$, o índice reduz-se a H (não atribuindo qualquer peso ao gap de recursos, a medida reduz ao número relativo de pobres), enquanto quando α cresce $F(\alpha)$ tende para uma medida «à Rawls», onde a atenção recai no elemento mais pobre da população.

A classe de medidas $F(\alpha)$ satisfaz um importante conjunto de propriedades (10) e, em particular, para $\alpha > 1$, qualquer transferência de rendimentos que preserve a média mas torne mais desigual a distribuição de rendimentos entre os pobres agrava o valor do índice. Assim, para $\alpha > 1$, a família de medidas $F(\alpha)$ engloba as três facetas atrás indicadas.

(7) Um survey já clássico deste problema é o de Foster (1984).

(8) Introduzido por Foster, Greer e Thorbecke (1984), esta medida adimensional não vale por si, mas para fazer comparações.

(9) Trata-se de um sistema de ponderadores mais credível que o utilizado no famoso índice de Sen.

(10) Nomeadamente as propriedades clássicas da axiomática da medida da pobreza: focus, simetria, monotonia, invariância de escala, transferência.

Em particular $F(2)$ é largamente utilizada em estudos de pobreza (Tsakloglou, 1988; Huppi e Ravallion, 1991) para avaliar a sua severidade (conjugando incidência, intensidade e privação relativa), e é esta medida de entre a família $F(\alpha)$ que utilizaremos também.

As três medidas escolhidas (as duas primeiras parcelares das facetas da pobreza enunciadas e a última agregando com uma ponderação determinada aquelas duas com a privação relativa), permitem assim reportar a incidência, profundidade e severidade da pobreza. Têm ainda uma característica relevante em termos de análise, que é a de serem decomponíveis por subgrupos de população, onde os pesos são as respectivas quotas de população⁽¹¹⁾. Assim é possível avaliar as contribuições absolutas e relativas de cada subgrupo para a medida agregada de pobreza (permitindo delinear os perfis da pobreza), bem como repartir as variações registadas nas medidas de pobreza entre dois momentos do tempo, nas componentes derivadas das alterações de estrutura da população, das alterações na situação intragrupos e na respectiva interacção.

3 — Dados e resultados

A análise que de seguida se apresenta baseia-se nos dados do Inquérito às Receitas e Despesas Familiares 1980-1981 (IRDF80/81) e do Inquérito aos Orçamentos Familiares 1989-1990 (IOF89/90), realizados pelo Instituto Nacional de Estatística, segundo processo de amostragem multietápica, tomando como unidade de amostragem a unidade de alojamento, cobrindo todo o território nacional e garantindo a representatividade a nível das NUTE2⁽¹²⁾. A unidade de observação dos inquéritos é contudo o agregado doméstico privado (ADP), retendo o inquérito diversas das características deste, bem como de cada um dos seus membros, e ainda informação respeitante às condições da habitação.

Foram utilizados os dados referentes apenas ao continente. Reteve-se o rendimento líquido (incluindo as receitas monetárias ordinárias e extraordinárias, bem como as receitas em natureza, que incluem o autoconsumo/auto-abastecimento, a autolocação e os salários em natureza) como *proxy* dos recursos do ADP⁽¹³⁾, tendo-se excluído da análise as unidades que apresentavam rendimentos negativos⁽¹⁴⁾.

Alguma informação de síntese sobre os dois inquéritos, relevante para o prosseguimento da análise, encontra-se no quadro 1 e as principais medidas agregadas de pobreza referentes a três níveis alternativos de fixação da linha de pobreza, correspondendo respectivamente a 50 % (LP1), 66 % (LP2) e 75 % (LP3) da mediana do rendimento equivalente, são apresentadas no quadro 2.

(11) Em rigor para F os pesos são a quota da população pobre (que depende da incidência), pelo que se não utilizará esta medida no exercício de decomposição de efeitos.

(12) NUTE2 — nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos; nível 2 de estratificação (que distingue cinco regiões no continente e duas Regiões Autónomas).

(13) Os ensaios efectuados para a despesa apresentaram resultados muito semelhantes em termos agregados, embora alguns pontos percentuais mais elevados. A situação ao nível dos grupos de população apresenta maior variabilidade, embora predominem taxas de pobreza superiores quando a análise é efectuada na óptica da despesa.

(14) 22 ADP no IRDF 1980/81.

A análise dos valores obtidos permite constatar uma redução nos indicadores de pobreza entre 1980 e 1989, embora o grau dessa redução diminua com o elevar do nível da linha de pobreza adoptado. Dado o valor extremamente baixo da linha de pobreza respeitante a 50 % da mediana do rendimento equivalente (LP1), esta mais se aproximará de um limiar de sobrevivência do que de um limiar de exclusão do padrão de vida generalizado na nossa sociedade⁽¹⁵⁾: a este tão baixo nível encontrar-se-á ainda 10,63 % dos ADP e de 9,36 % dos indivíduos em situação de pobreza em 1989 configura-se como o dado mais significativo e é um sinal verdadeiramente preocupante.

Deve ainda considerar-se a modéstia das reduções nos indicadores de pobreza (nomeadamente a redução estável de dois pontos percentuais na incidência nos indivíduos para os vários níveis de linha de pobreza), quando se tem em conta o clima de crescimento económico de que Portugal beneficiou na década em análise. Se o crescimento económico e a criação de mais riqueza parecem ser condição necessária da melhoria continuada e sustentada do bem-estar social, não é de todo condição suficiente, sobretudo para os mais desfavorecidos. A situação destes pouco melhorou na década de 80 e é de temer que, na ausência de medidas políticas concretas, as situações de pobreza não apenas permaneçam, mas mesmo alastrem e se agravem, em anos de conjuntura económica menos favorável. As medidas de pobreza são, na ausência de atitudes políticas positivas, muito mais elásticas em contexto de recessão (Townsend, 1991).

O défice relativo de rendimento dos pobres é, também, de elevado valor (cerca de 20 % a 30 % da linha de pobreza adoptada), o que revela que os pobres são, em média, bastante pobres⁽¹⁶⁾.

O índice de Foster manifesta também uma redução tanto menos pronunciada quanto mais elevado o nível fixado para a linha de pobreza. O facto de as reduções observadas nesta medida serem mais acentuadas que as verificadas nas componentes incidência e intensidade leva a concluir ter ocorrido um abrandamento da privação relativa dos pobres [quando esta é avaliada pelo sistema de ponderadores do *gap* de rendimento inerente ao índice Foster ($\alpha = 2$)].

Compatibilizando a informação existente nos dois inquéritos, construíram-se as variáveis de decomposição e respectivas categorias consideradas mais interessantes. Seleccionaram-se 10 variáveis de decomposição das medidas de pobreza, 3 de índole geográfica — *NUT2*, localização rural/urbana, dimensão do aglomerado populacional — e 7 de caracterização sócio-demográfica — dimensão do ADP, tipo do ADP, sexo, classe de idade, nível de instrução e categoria sócio-económica do representante do ADP e principal fonte de receita do ADP. Estas variáveis de caracterização foram utilizadas para fazer a decomposição das medidas de pobreza para a linha de pobreza LP1, cujos resultados se apresentam no quadro 3.

⁽¹⁵⁾ Isto é, definirá talvez mais uma situação que se aproxima de um conteúdo de pobreza absoluta e não relativa.

⁽¹⁶⁾ A distribuição de rendimento entre a população pobre tem aqui interesse: o índice de Gini para a população pobre dá-nos uma imagem da desigualdade nesse subconjunto da população e assume valores entre 0,10 e 0,15, enquanto é da ordem dos 0,33 na distribuição total.

Em relação à intensidade da pobreza, preferiu-se fazer figurar não o *gap* relativo de rendimento mas o seu complementar para 1 (isto é, o rendimento equivalente médio dos pobres em percentagem da linha de pobreza), pois queria fazer-se comparar também os rendimentos médios de cada grupo, e dos pobres nesses mesmos grupos, de forma a estabelecer uma ponte entre a incidência e intensidade da pobreza e a questão mais geral da desigualdade da distribuição de rendimentos.

Definiram-se ainda, a partir das medidas principais, os seguintes indicadores:

- i) Extensão relativa da pobreza, definida como $\frac{H_j}{H_t} \times 100$, onde H_{jt} é a taxa de pobreza para o grupo j no ano t e H_t a taxa agregada de pobreza para o continente no ano t . Este indicador compara a taxa de pobreza de cada grupo com a taxa agregada, permitindo uma identificação imediata dos grupos de maior vulnerabilidade à pobreza;
- ii) Contribuição para a taxa agregada de pobreza, $n_{jt} \times \frac{H_j}{H_t} \times 100$, onde n_{jt} é a proporção da população do grupo j na população total no ano t e H_j e H_t as taxas de pobreza do grupo j e da população total no ano t ;
- iii) Contribuição para o índice de Foster, $n_{jt} \times \frac{F_j}{F_t} \times 100$ onde n_{jt} é a proporção da população do grupo j na população total no ano t e F_j e F_t o índice de Foster para o grupo j e para a população total no ano t .

Estes dois últimos indicadores permitem conhecer a forma como cada grupo contribui para a medida de pobreza respectiva, proporcionando assim o esclarecimento da anatomia ou estrutura da incidência e severidade da pobreza.

Ao nível da incidência geográfica da pobreza, pode constatar-se, de 1980 para 1989, uma forte redução nos indicadores referentes à região do Alentejo (de 21,30 % para 13,85 %) e à Região Norte (16,09 % para 10,62 %), que continuam, no entanto, a verificar os valores mais elevados de incidência. A Região Centro registou um significativo aumento na incidência da pobreza (de 7,24 % para 9,43 %) e na Região de Lisboa e Vale do Tejo também se assistiu a um crescimento deste indicador (6,86 % para 7,29 %), embora se continue a registar aqui o melhor valor nacional. O Algarve aliou a uma diminuição da incidência também uma melhoria sensível no rendimento relativo dos pobres (67,07 % para 81,43 %), registando uma forte redução na medida de Foster (57 %).

A decomposição rural/urbana permite verificar uma maior incidência, intensidade e severidade da pobreza nas zonas rurais, embora as alterações verificadas ao longo da década tenham sido no sentido da melhoria relativa das condições no meio rural e de um agravamento na incidência urbana. Este mesmo resultado tem confirmação no agravamento registado na incidência da pobreza nos aglomerados de maior dimensão populacional (5,72 % para 7,18 %), que correspondem aos concelhos de Lisboa e Porto.

A repartição geográfica da pobreza (conjugando a repartição da população no território com a incidência e severidade verificada também nas diversas unidades territoriais) continua a marcar o Norte, as zonas rurais e os aglomerados de pequena dimensão, mas registou uma evolução particularmente gravosa na Região de Lisboa e Vale do Tejo e nos aglomerados populacionais de maior dimensão.

Em relação à dimensão e composição dos ADP, verifica-se uma enorme vulnerabilidade à pobreza dos ADP de uma só pessoa, de idosos e dos agregados monoparentais (todos com incidências que são, pelo menos, uma vez e meia a taxa agregada), particularmente dos ADP constituídos por idosos (onde as incidências registam os valores máximos de 25 % a 30 %, para idosos sós, e os rendimentos médios dos pobres os valores mais baixos). Os agregados monoparentais verificaram a evolução mais desfavorável ao longo da década (a severidade reflectida pelo índice de Foster subiu de 0,0137 para 0,0303), aliando um ligeiro aumento na incidência com uma forte redução nos recursos dos ADP pobres desta categoria (17).

Em relação à classe de idade do representante do ADP, verifica-se uma incidência crescente com o escalão etário (18), particularmente acentuada a partir do limiar dos 65 anos, embora o nível médio dos recursos dos pobres seja também crescente, excepto para o último escalão. Nesta última classe, em que os representantes têm 75 ou mais anos, quer a incidência quer o nível de recursos se mantêm a níveis preocupantes (evoluções de 27,56 % para 24,95 % na incidência e de 73,87 % para 78,95 % no rendimento relativo, de 1980 para 1989), resultando uma medida de severidade que se situa num nível muito elevado (0,0137 em 1989, isto é, mais que o dobro do valor homólogo agregado).

A contribuição dos ADP representados por indivíduos com 65 ou mais anos para o total dos indivíduos pobres passou de 28,36% em 1980 para 37,80 % em 1989, reflectindo um movimento demográfico de envelhecimento da população (a população total naquele tipo de agregados passou de 16,16 % para 18,24 %) e um agravamento das condições dos agregados independentes naqueles estratos etários. A outra face daquele valor é que 62,20 % da população pobre vive em agregados cujo representante é um adulto com menos de 65 anos, pelo que os factores de pobreza devem não só procurar-se naquelas condições demográficas como, substancialmente, nas condições de inserção no mercado de trabalho da população potencialmente activa.

Como seria de esperar, o nível de instrução do representante do ADP tem forte influência na situação de pobreza, estando os indivíduos de ADP representados por pessoas sem o ensino básico completo sujeitos a rendimentos médios muito baixos, a uma forte, e crescente, incidência da pobreza (19,03 % em 1980 e 21,94 % em 1989), a um nível médio de recursos dos pobres muito deficitário (75,25 % em 1980 e 80,27 % em 1989) e, conseqüentemente, tam-

(17) O forte contrair da quota de população nesta categoria talvez reflecta mais uma estratégia de sobrevivência (não continuando a viver de forma independente, mas associando-se em ADP multinucleares) que uma redução de famílias deste tipo.

(18) Este resultado verifica-se tanto para o número de indivíduos como para o de agregados, o que é curioso, já que se esperaria, segundo as teorias de ciclo de vida, de uma relação em U.

bém fortes níveis de severidade da pobreza (0,0166 em 1980 e 0,0137 em 1989). A contribuição deste grupo para os indicadores agregados de pobreza é, assim, muito elevada, na ordem dos 50 %, o que constitui mais do dobro da respectiva quota populacional.

No nível de instrução básica, embora a incidência desça para valores a um dígito, a intensidade mantém-se elevada, contribuindo este maioritário grupo social (61,87 % dos indivíduos em 1989) para outros 47 % dos indicadores agregados de pobreza.

A decomposição através da categoria sócio-económica do representante do ADP vem revelar a situação particularmente desfavorável dos trabalhadores por conta de outrem no sector agrícola (incidência na ordem dos 23 % em 1989), e mesmo dos empresários agrícolas (11 %, também em 1989). Os indivíduos em agregados representados por inactivos apresentam também valores de incidência da ordem dos 20 %, tendo valores de intensidade próximos da média, e as medidas de severidade mais elevadas (que diminuíram, no entanto, de 0,0207 para 0,0126), contribuindo crescentemente este grupo para as medidas agregadas (58 % em 1989 contra cerca de 48 % em 1980). O grupo de «outros activos», cuja quota de população, embora pequena, registou significativo acréscimo, verificou a evolução mais adversa, quer pela incidência (de 3,17 % em 1980 para 7,73 % em 1989), quer pela intensidade (de 72,50 % em 1980 para 70,02 % em 1989, quanto aos recursos médios dos pobres), quer pela severidade (de 0,0027 em 1980 para 0,0104 em 1989, no índice de Foster) ⁽¹⁹⁾.

Classificando a população pela principal fonte de rendimento do ADP, detecta-se a maior vulnerabilidade da população que depende de pensões (uma incidência de cerca de 27 % e uma contribuição para as medidas agregadas de incidência e severidade três a duas vezes e meia a sua quota de população). Também o grupo cujo rendimento provém de «outras fontes» ⁽²⁰⁾ revela uma vulnerabilidade ligeiramente superior à média.

Finalmente, no quadro 4 e no quadro 5 faz-se a decomposição das variações verificadas nas taxa de pobreza e no índice de Foster ($\alpha = 2$), nos efeitos intra-sectoriais, efeitos de modificação da estrutura da população (*shift* de população) e de interacção entre aqueles dois efeitos anteriores, segundo a fórmula:

$$\Delta M = \sum_{j=1}^k n_{jto} (M_{jt1} - M_{jto}) + \sum_{j=1}^k M_{jto} (n_{jt1} - n_{jto}) + \sum_{j=1}^k (n_{jt1} - n_{jto}) (M_{jt1} - M_{jto})$$

onde n_{jti} é a quota de população do grupo j na população total no momento t_i e M_{jti} é o valor da medida de pobreza para o grupo j no momento t_i .

Este tipo de decomposição da variação da medida agregada permite constatar que foram as variações ocorridas no interior dos grupos de decomposição (efeito intra-sectorial), que deram o maior contributo na redução das medidas

⁽¹⁹⁾ Este grupo identificará, eventualmente, um estrato de população afectado por uma inserção mais precária no mercado de trabalho.

⁽²⁰⁾ Transferências privadas periódicas ou regulares, receitas monetárias extraordinárias, receitas em natureza.

de pobreza. Com componentes significativas do efeito *shift* de população, a contrariar a tendência do aliviar das medidas de pobreza, podem detectar-se as modificações ocorridas ao nível da estrutura da população segundo o tipo de ADP, o escalão de idade do seu representante, e a principal fonte de rendimento (isto é, ter-se-ão tornado relativamente mais numerosos os grupos de maior risco face à pobreza dentro destas tipologias).

Pelo contrário, o *shift* de população jogou um papel principal na redução das medidas de pobreza quando se considera como variável de decomposição da população o nível de instrução do representante do ADP.

4 — Conclusão

Esta apresentação de resultados da análise da pobreza com recurso aos orçamentos familiares permite uma primeira aproximação da anatomia da pobreza em Portugal na última década.

Os resultados obtidos apontam para um nível de pobreza preocupantemente elevado na sociedade portuguesa, muito superior aos verificados na restante Europa comunitária, e a despeito do crescimento económico e do apoio financeiro decorrente da integração naquele espaço económico, de que Portugal beneficiou na década de 80. O combate à pobreza na nossa sociedade só poderá ser mais efectivo quando for um objectivo assumido no delinear da política económica e social e passará pelas condições de um desenvolvimento regionalmente mais equilibrado assente na valorização dos recursos humanos, complementado por uma política de segurança e protecção social de filosofia mais solidária.

Embora a consistência dos resultados tenha sido testada face a alternativas na escolha de conceitos (receitas/despesas) e ao nível da definição da linha de pobreza (no intervalo de 50 % a 75 % da mediana dos recursos equivalentes), espera-se poder vir a melhorar este tipo de abordagem, harmonizando a informação destes inquéritos com outra informação estatística paralela (nomeadamente dos censos e das contas nacionais), bem como investigando mais aprofundadamente o problema da comparação de níveis de bem-estar entre agregados com diferentes características (o teste das escalas de equivalência).

QUADRO 1

Características do IRDF 80/81 e do IOF 89/90

	Número de ADP	Número de indivíduos	Dimensão média dos ADP	Rec. liq. AE (escudos/ano)	Rec. liq. <i>capita</i> (escudos/ano)
IRD 80/81	8 039	26 817	3,34	101 232	79 718
IOF 89/90	9 640	29 622	3,07	551 528	439 327

Rec. Liq. AE = Receita líquida por adulto equivalente (preços correntes).

Rec. Liq. *capita* = Receita líquida *per capita* (preços correntes).

QUADRO 2

Medidas de pobreza agregadas

Linha de pobreza (escudos/ano)		H (ADP) (percentagem)	H (Ind.) (percentagem)	Gap relativo (percentagem)	Índice de Foster ($\alpha = 2$)
LP1:					
1980	41 907	11,89	11,49	23,96	0,0097
1989	228 873	10,63	9,36	19,83	0,0061
[Δ (percentagem)] ...		- 10,60	- 18,54	- 17,24	- 37,11
LP2:					
1980	55 876	23,98	24,20	27,34	0,0252
1989	305 163	23,67	22,29	24,64	0,0188
[Δ (percentagem)] ...		- 1,29	- 7,89	- 9,88	- 25,40
LP3:					
1980	62 861	30,51	31,16	28,99	0,0358
1989	343 309	30,52	29,13	26,89	0,0283
[Δ (percentagem)] ...		- 0,03	- 6,51	- 7,24	- 20,95

QUADRO 3

Decomposição das medidas de pobreza em 1980-1981 e 1989-1990 (unidade de análise: indivíduo)

Indicador	Percentagem da população		Rendimento médio equivalente (escudos/ano)		Extensão da pobreza (percentagem)		Extensão relativa da pobreza (percentagem)		Estrutura da população pobre (percentagem)		Rendimento médio equivalente dos pobres (escudos/ano)		Rendimento médio equiv. dos pobres (percentagem da LP)		Índice de Foster (α = 2)		Estrutura do índice de Foster	
	(1)		(2)		(3)		(4)		(5) = (1) * (4)/100		(6)		(7)		(8)		(9)	
	1980-1981	1989-1990	1980-1981	1989-1990	1980-1981	1989-1990	1980-1981	1989-1990	1980-1981	1989-1990	1980-1981	1989-1990	1980-1981	1989-1990	1980-1981	1989-1990	1980-1981	1989-1990
NUT2:																		
Norte	37,54	35,95	93 058	517 118	16,09	10,62	140,03	113,46	52,57	40,79	32 487	186 518	77,52	81,49	0,0129	0,0063	49,88	36,99
Centro	21,46	19,15	98 587	513 232	7,24	9,43	63,01	100,75	13,52	19,29	32 807	181 052	78,29	79,11	0,0059	0,0064	13,04	20,02
Lisboa e Vale do Tejo	30,84	32,38	115 425	618 639	6,86	7,29	59,70	77,88	18,41	25,22	31 180	181 281	74,40	79,21	0,0062	0,0051	19,70	26,97
Alentejo	7,07	6,65	78 938	464 993	21,30	13,85	185,38	147,97	13,11	9,84	31 238	181 783	74,54	79,43	0,0192	0,0107	13,98	11,62
Algarve	3,08	5,86	114 175	595 533	8,73	7,77	75,98	83,01	2,34	4,86	28 107	186 373	67,07	81,43	0,0107	0,0046	3,39	4,40
Rural/urbano:																		
Rural	74,81	72,84	93 071	504 913	13,08	10,27	113,84	109,72	84,93	79,92	31 767	183 413	75,80	80,14	0,0111	0,0067	85,12	79,97
Urbano	25,39	27,16	123 112	678 493	6,79	6,92	59,09	73,93	15,00	20,08	32 437	183 812	77,40	80,31	0,0057	0,0045	14,88	20,03
Dimensão local:																		
< 2000 habitantes	63,31	58,26	88 138	487 464	14,19	11,04	123,50	117,95	78,19	68,72	31 818	183 796	75,93	80,31	0,0119	0,0069	77,63	65,54
2000-10 000 habitantes	11,3	14,58	118 224	572 955	6,90	7,18	80,05	76,71	6,79	11,18	31 307	181 259	74,71	79 20	0,0064	0,0060	7,45	14,28
10 000-300 000 habitantes	16,33	17,43	117 775	691 241	7,38	6,78	64,23	72,44	10,49	12,63	31 767	176 032	75,80	76,91	0,0067	0,0061	11,27	17,34
> 300 000 habitantes	9,06	9,73	131 635	651 546	5,72	7,18	49,78	76,71	4,51	7,46	33 637	196 544	80,26	85,87	0,0039	0,0018	3,64	2,86
Dimensão do agregado:																		
1 indivíduo	3,23	4,09	86 328	477 541	27,63	26,30	240,47	280,98	7,77	11,49	30 134	177 531	71,91	77,57	0,0298	0,0176	9,90	11,84
2 indivíduos	15,96	18,58	106 621	551 776	12,80	13,23	111,40	141,35	17,78	26,26	32 343	190 940	77,18	83,43	0,0101	0,0060	16,58	18,34
3 indivíduos	20,07	23,47	114 725	618 620	6,08	5,98	52,92	63,89	10,62	14,99	33 965	181 068	81,05	79,11	0,0035	0,0039	7,22	15,06
4 indivíduos	24,15	28,13	105 778	576 660	6,54	4,94	56,92	52,78	13,75	14,85	32 424	182 552	77,37	79,76	0,0052	0,0035	12,91	16,20
5 indivíduos	15,2	14,38	89 568	495 099	8,96	9,62	77,98	102,78	11,85	14,78	31 767	181 813	75,80	79,44	0,0077	0,0063	12,04	14,90
> 5 indivíduos	21,39	11,15	75 513	404 693	20,52	14,48	178,59	154,70	38,20	17,25	31 898	177 007	76,12	77,34	0,0188	0,0129	41,35	23,66
Tipo do agregado:																		
Homem só < 65 anos	0,26	0,32	167 332	819 585	7,25	17,71	63,10	189,21	0,16	0,61	31 363	189 156	74,85	82,65	0,0065	0,0074	0,17	0,39
Mulher só < 65 anos	0,94	0,97	107 539	594 147	13,89	14,58	120,89	155,77	1,14	1,51	30 029	183 441	71,66	80,15	0,0172	0,0091	1,67	1,44
Homem só > 65 anos	0,39	0,56	73 716	494 086	23,81	25,75	207,22	275,11	0,81	1,54	32 644	180 436	77,90	78,84	0,0158	0,0163	0,64	1,49

Indicador	Porcentagem da população		Rendimento médio equivalente (escudos/ano)		Extensão da pobreza (porcentagem)		Extensão relativa da pobreza (porcentagem)		Estrutura da população pobre (porcentagem)		Rendimento médio equivalente dos pobres (escudos/ano)		Rendimento médio equiv. dos pobres (porcentagem da LP)		Índice de Foster ($\alpha = 2$)		Estrutura do índice de Foster		
	(1)		(2)		(3)		(4)		(5) = (1) * (4) / 100		(6)		(7)		(8)		(9)		
	1980-1981	1989-1990	1980-1981	1989-1990	1980-1981	1989-1990	1980-1981	1989-1990	1980-1981	1989-1990	1980-1981	1989-1990	1980-1981	1989-1990	1980-1981	1989-1990	1980-1981	1989-1990	
Mulher só > 65 anos	1,64	1,97	64 436	362 133	39,64	29,57	345,00	315,92	5,66	6,22	29 76	174 016	71,01	76,03	0,044	0,0224	7,44	7,19	
Casal, rep. < 65 anos	6,98	7,45	128 213	674 935	4,27	5,80	37,16	61,97	2,59	4,62	32 863	193 353	78,42	84,48	0,0032	0,0022	2,30	2,67	
Casal, rep. > 65 anos	5,84	7,71	83 543	436 171	21,71	19,88	188,95	212,39	11,03	16,38	32 834	196 62	78,35	85,91	0,0154	0,0062	9,27	7,79	
Casal com filhos	52,77	26,37	103 730	612 082	9,66	6,06	84,07	64,74	44,37	17,07	32 584	177 637	77,75	77,61	0,0078	0,0046	42,45	19,77	
Ag. monoparental	5,35	1,91	99 683	519 465	16,30	17,84	141,86	190,60	7,59	3,64	31 905	153 146	76,13	66,91	0,0137	0,0303	7,56	9,43	
Outro tipo de ADP	25,83	52,74	97 111	540 911	11,84	8,59	103,05	91,77	26,62	48,40	31 979	182 029	76,31	79,53	0,0107	0,0058	28,50	49,84	
Sexo do representante:																			
Masculino	86,58	85,53	103 673	571 189	10,37	8,00	90,25	85,47	78,14	73,10	32 626	188 290	77,85	82,27	0,0083	0,0045	73,91	63,33	
Feminino	13,42	14,47	91 410	475 881	18,67	17,40	162,49	185,90	21,81	26,90	30 496	175 180	72,77	76,54	0,0189	0,0154	26,09	36,67	
Idade do representante:																			
< 35 anos	15,77	14,65	119 606	643 043	7,73	5,88	67,28	62,82	10,61	9,20	32 321	178 305	77,13	77,91	0,0064	0,0043	10,39	10,27	
35-44 anos	23,64	23,86	109 180	615 539	9,01	6,85	78,42	73,18	18,54	17,46	31 296	175 769	74,68	76,80	0,0096	0,0061	23,37	23,72	
45-54 anos	25,88	23,37	104 267	584 533	9,97	6,96	86,77	74,36	22,46	17,38	32 157	182 026	76,73	79,53	0,0082	0,0051	21,85	19,42	
55-64 anos	18,55	19,88	101 095	561 941	11,16	8,56	97,13	91,45	18,02	18,18	32 519	184 830	77,60	80,76	0,0081	0,0053	15,47	17,17	
65-74 anos	11,49	11,96	86 007	457 022	19,16	16,48	166,75	176,07	19,16	21,06	32 086	189 320	76,56	82,72	0,0148	0,0079	17,51	15,40	
75 ou mais anos	4,67	6,28	70 432	384 205	27,56	24,95	239,86	266,56	11,20	16,74	30 956	180 701	73,87	78,95	0,0237	0,0137	11,40	14,02	
Nível de instrução:																			
Sem grau	36,83	21,90	76 494	363 761	19,03	21,94	165,62	234,40	61,00	51,33	31 536	183 711	75 25	80,27	0,0166	0,0137	62,83	49,22	
Instrução básica	51,5	61,87	102 429	529 092	8,45	7,04	73,54	75,21	37,87	46,53	32 557	183 291	77,69	80,08	0,0069	0,0048	36,52	48,72	
Instrução secundária	9,01	12,61	165 150	876 294	1,37	1,61	11,92	17,20	1,07	2,17	35 032	178 925	83,59	78,18	0,0007	0,0010	0,65	2,07	
Instrução superior	2,66	3,62	255 835	1 264 947	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0 000	0 000	0,00	0,00	0,0000	0,0000	0,00	0,00	
Categoria sócio-económica:																			
Empresário agrícola ...	14,96	7,05	96 412	476 212	10,99	11,31	95,65	120,83	14,31	8,52	33 110	189 376	79,01	82,74	0,0071	0,0070	10,93	8,04	
Trabalhor agrícola por conta de outrem	6,22	3,46	76 713	410 025	18,27	22,95	159,01	245,19	9,89	8,48	32 427	194 255	77,38	84,87	0,0139	0,0072	8,89	4,06	
Profissões liberais	0,47	0,63	244 424	1 119 757	0,00	2,66	0,00	28,42	0,00	0,18	0 000	99 475	0,00	43,46	0,0000	0,0085	0,00	0,87	
Empresário não agrícola	10,46	12,93	117 591	649 403	5,71	3,92	49,70	41,88	5,20	5,42	30 379	179 796	72,49	78,56	0,0097	0,0026	10,44	5,48	
Quadros	4,23	5,22	203 477	1 145 983	0,79	0,52	6,88	5,56	0,29	0,29	27 942	221 934	66,68	96,97	0,0010	0,0000	0,44	0,00	

Indicador	Percentagem da população		Rendimento médio equivalente (escudos/ano)		Extensão da pobreza (percentagem)		Extensão relativa da pobreza (percentagem)		Estrutura da população pobre (percentagem)		Rendimento médio equivalente dos pobres (escudos/ano)		Rendimento médio equiv. dos pobres (percentagem da LP)		Índice de Foster ($\alpha = 2$)		Estrutura do índice de Foster	
	(1)		(2)		(3)		(4)		(5) = (1) * (4) / 100		(6)		(7)		(8)		(9)	
	1980-1981	1989-1990	1980-1981	1989-1990	1980-1981	1989-1990	1980-1981	1989-1990	1980-1981	1989-1990	1980-1981	1989-1990	1980-1981	1989-1990	1980-1981	1989-1990	1980-1981	1989-1990
Trabalhadores por conta de outrem na indústria	24,82	24,40	94 358	509 291	8,05	3,85	70,06	41,13	17,39	10,04	32 846	188 529	78,38	82,37	0,0061	0,0023	15,58	9,15
Trabalhadores por conta de outrem no comércio	13,85	13,66	128 907	698 512	3,82	3,61	33,25	38,57	4,60	5,27	33 199	174 953	79,22	76,44	0,0028	0,0031	3,99	6,90
Outros activos	1,88	4,36	157 455	647 056	3,17	7,73	27,59	82,59	0,52	3,60	30 382	160 264	72,50	70,02	0,0027	0,0104	0,52	7,39
Inactivos	23,11	28,29	77 755	424 815	23,74	19,27	206,61	205,88	47,75	58,24	31 523	183 268	75,22	80,07	0,0207	0,0126	49,22	58,10
Principal fonte de rendimento:																		
Trabalho por conta de outrem	56,95	55,70	110 198	611 827	7,10	4,65	61,79	49,68	35,19	27,67	33 412	187 395	79,73	81,88	0,0047	0,0026	27,57	23,66
Trabalho por conta própria	6,57	5,51	121 600	635 175	6,81	3,80	59,27	40,60	3,89	2,24	34 422	186 867	82,14	81,65	0,0033	0,0019	2,23	1,71
Rendimento de capital	1,28	1,73	146 708	871 877	11,95	1,57	104,00	16,77	1,33	0,29	33 550	195 123	80,06	85,25	0,0090	0,0004	1,19	0,11
Pensões	11,05	15,70	64 734	363 479	33,61	27,47	292,52	293,48	32,32	46,08	31 285	15 225	74,65	80,93	0,0344	0,0149	39,16	38,22
Outras fontes	24,15	21,36	102 060	579 316	12,96	10,38	112,79	110,90	27,24	23,69	31 329	171 870	74,76	75,09	0,0120	0,0104	29,85	36,29
Continente	100,00	100,00	101 232	551 530	11,49	9,36	100,00	100,00	100,00	100,00	31 868	183 481	76,04	80,17	0,0097	0,0061	100,00	100,00

Linha de pobreza = 50 % mediana da receita líquida equivalente (OCDE):

1980-1981: 41 907 contos/ano por adulto equivalente;

1989-1990: 228 872 contos/ano por adulto equivalente.

QUADRO 4

Decomposição da redução nas medidas de pobreza entre efeitos intra-sectoriais, efeitos de *shift* de população, e sua interação, 1980-1981

Taxa de pobreza (indivíduos)

Decomposição	Efeitos intra-sectoriais (percentagem)	Efeito população (percentagem)	Efeito interação (percentagem)
Geográfica:			
NUT2	94,23	7,71	— 2,24
Rural/urbano	96,88	0,05	— 0,02
Dimensão da localidade	90,53	17,41	— 8,05
Sócio-demográfica:			
Dimensão do agregado	73,82	53,27	— 25,63
Tipo do agregado	130,55	— 31,97	1,30
Sexo do representante	104,34	— 4,09	— 0,54
Idade do representante	117,06	— 17,15	— 0,11
Nível de instrução	— 17,24	89,93	26,86
Categoria sócio-económica	87,61	— 2,00	13,97
Principal fonte de rendimento	142,13	— 51,37	9,28

QUADRO 5

Decomposição da redução nas medidas de pobreza entre efeitos intra-sectoriais, efeitos de *shift* de população, e sua interação, 1980-1989

Índice de Foster ($\alpha = 2$)

Decomposição (percentagem)	Efeitos intra-sectoriais (percentagem)	Efeito população (percentagem)	Efeito interação (percentagem)
Geográfica:			
NUT2	97,18	0,81	1,60
Rural/urbano	99,65	2,65	— 1,57
Dimensão da localidade	97,19	8,09	— 6,08
Sócio-demográfica:			
Dimensão do agregado	79,26	31,71	— 9,70
Tipo do agregado	86,09	— 23,14	35,94
Sexo do representante	104,44	— 3,09	— 0,09
Idade do representante	103,89	— 8,40	3,81
Nível de instrução	58,96	48,27	— 6,28
Categoria sócio-económica	105,71	— 11,46	5,34
Principal fonte de rendimento	107,41	— 33,98	24,20

REFERÊNCIAS

- ATKINSON, A. B. (1987), «On the Measuring of Poverty», *Econometrica*, vol. 55, n.º 4.
- COWELL, F. A. (1984), «The Structure of American Income Inequality» *Review of Income and Wealth*, vol. 30, n.º 3.
- FOSTER, J. E. (1984), «On Economic Poverty: a survey of aggregate measures», *Advances in Econometrics*, vol. 3.
- FOSTER, J. E., GREER, J., e THORBECKE, E. (1984), «A Class of Decomposable Poverty Measures», *Econometrica*, vol. 52, n.º 3.
- HUPPI, M., e RAVAILLON, M. (1991), «The Sectoral Structure of Poverty During an Adjustment Period: the Evidence for Indonesia in the Mid-1980s», *World Development*, vol. 19, n.º 12.
- INE (1981) *Inquérito às Receitas e Despesas Familiares, 1980-1981*.
- (1991) *Metodologia do Inquérito aos Orçamentos Familiares, 1990-1991*.
- SEN, A. (1976), «Poverty: an ordinal approach to measurement», *Econometrica*, vol. 44, n.º 2.
- TOWNSEND, P. (1979), *Poverty in the United Kingdom*, Penguin Books, Londres.
- (1991), «The Poor are Poorer: a statistical report on the changes in the living standards of rich and poor in the United Kingdom 1979-1989», University of Bristol.
- TSAKLOGLOU, P. (1990), «Aspects of Poverty in Greece», *Review of Income and Wealth*, vol. 36, n.º 4.

